



**RELATÓRIO FINAL COMISSÃO DE ESTUDOS REFERENTE A
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, EM PARTICULAR AOS PROJETOS
E PROGRAMAS QUE DIZEM RESPEITO A AÇÕES DE FOMENTO A GRUPOS
ORIGINADOS OU COM ATUAÇÃO NA PERIFERIA DA CIDADE**

A referida Comissão foi fruto da luta de vários movimentos culturais que se mobilizaram, durante o ano de 2016, para ampliar os recursos destinados ao orçamento da Secretaria Municipal de Cultura. Em dezembro do ano passado, após a votação do orçamento municipal, foi assumido o compromisso de garantir um canal de diálogo entre o Legislativo, o Executivo e a Sociedade Civil durante o ano 2017, para que nas futuras discussões sobre o orçamento já apontem as necessidades da Cultura, em especial das áreas periféricas.

Com o intuito de cumprir esse compromisso, em março de 2017 iniciamos os trabalhos da Comissão, com reuniões que aconteceram as quintas-feiras buscando aperfeiçoar o diálogo entre Legislativo, Executivo e coletivos culturais.

A seguir exploraremos algumas pautas que foram tratadas, itens como o descongelamento de verbas da Cultura (uma das pastas mais afetadas com as decisões de congelamento no início de 2017), a retomada de programas, a transparência nos dados da execução orçamentária, priorização das áreas periféricas e a não interferência nos processos decisórios das comissões julgadoras dos editais de fomento.

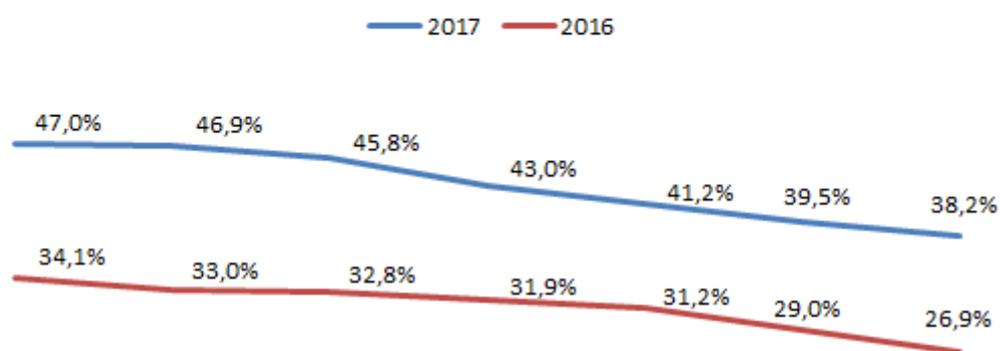


1. Congelamentos

Desde o início do ano verifica-se um congelamento desproporcional desse orçamento, o que implica no desmonte de programas e espaços culturais consolidados e fundamentais para o desenvolvimento humano e econômico da cidade.

Conforme pode ser visto abaixo, o congelamento persiste e, mesmo após oito meses de gestão pouco avanço se teve em relação ao valor congelado. Em fevereiro deste ano havia congelado 47% (frente a 34,1% no mesmo período do ano passado). Em abril o congelamento ainda estava próximo aos 46% (fato que ensejou ofício da Comissão de Estudos referente à Aplicação dos Recursos Destinados à Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, conforme veremos adiante). Em agosto o valor ainda se mantinha próximo aos 40%:

% de Congelamentos SMC



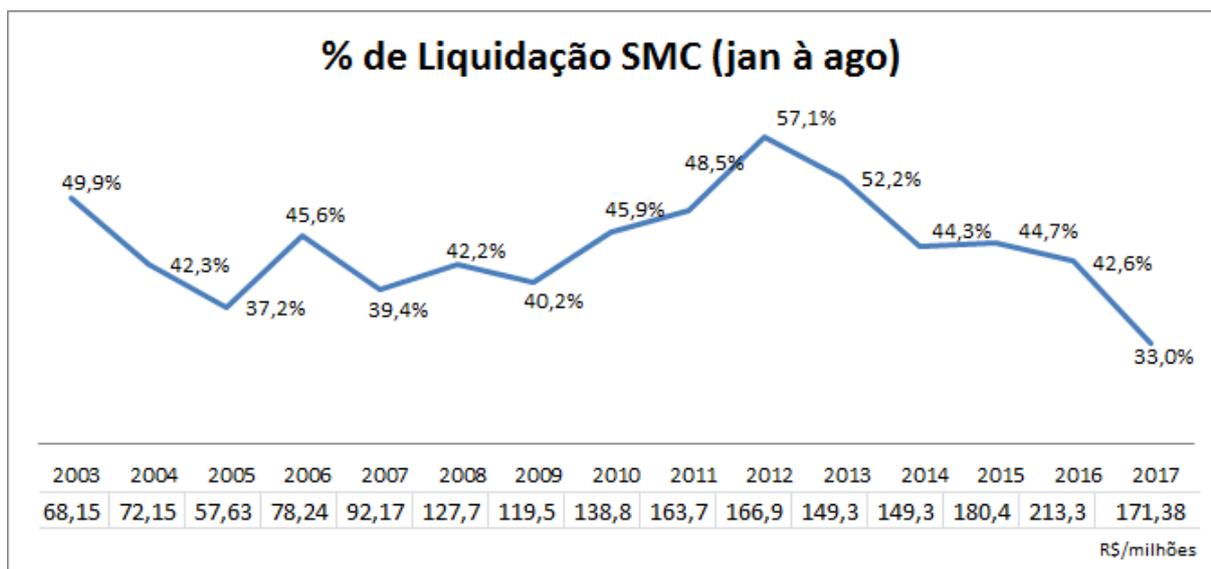
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
2017	243,7	243,2	237,3	223,1	213,9	205,1	198,0
2016	170,9	165,3	164,4	159,7	156,3	145,3	134,6

em milhões

Fonte: SOF. Dados nominais, extraídos em 04/09/2017.



Afora o congelamento da Secretaria Municipal de Cultura muito superior ao valor congelado no mesmo período do ano passado, a liquidação também se revela a menor de toda a série histórica possível de ser extraída do Sistema Orçamentário e Financeiro (SOF). O valor liquidado de janeiro à agosto de 2017 equivale à 33% do orçamento total da Secretaria. Nem em 2005, onde se executou 37,2%, se teve um percentual tão baixo de execução.



Fonte: SOF. Dados nominais, extraídos em 04/09/2017.

Quando questionada sobre os congelamentos e a baixa execução orçamentária, a Prefeitura alega a crise financeira como a responsável pela necessidade de se promover um ajuste nas contas. Entretanto, os dados da receita mostram que a situação da arrecadação municipal não está das piores, mantendo-se no mesmo nível da arrecadação do ano passado já corrigindo a inflação. Ou seja, considerando que a arrecadação está no mesmo nível de 2016, não há sentido em promover cortes tão severos em uma única área, a cultura.



Arrecadação Janeiro à Julho*:

	Receita total arrecadada		Receita Corrente Líquida arrecadada	
2016	28.480.389.915,44	Aumento de 3%	25.994.164.257,85	Aumento de 4%
2017	29.324.350.687,44	(+ 843.324.350.687,44)	26.982.557.357,06**	(+988.393.099,21)

Fonte: SOF. Dados nominais extraídos em 04/09/2017.

* Dados referentes à receita do mês de agosto ainda não disponibilizados pela PMSP.

** Dados da RCL referente ao mês de Julho foram extraídos do SOF em 04/09/2017, porém com fechamento contábil deste mês ainda não concluído.

Além disso, ao olharmos o Relatório de Disponibilidade de Caixa da Prefeitura de São Paulo (Anexo 1), verifica-se um saldo em caixa de mais de R\$ 11 bilhões, sendo mais de três bilhões e meio de reais de recursos livres do tesouro municipal. Ou seja, a justificativa de falta de recursos não possui embasamento empírico para ser considerada exclusivamente.

Foi neste sentido que a Comissão de Estudos, após várias oitivas com representantes da Secretaria da Cultura e da Secretaria da Fazenda, deliberou por apresentar ao Executivo um cronograma viável de descongelamento (Anexo 2), como forma de não prejudicar programas essenciais da Secretaria da Cultura e, ao mesmo tempo, não prejudicar a saúde financeira do Município. Desta forma, elencou-se as principais dotações e diluiu-se o descongelamento proposto de cerca de R\$ 100 milhões ao longo de todo o ano. No entanto, nem mesmo uma devolutiva da viabilidade desse descongelamento ou mesmo uma contraproposta foi enviada pelo Executivo.

2. Análises sobre centralização do orçamento e solicitação de dados

Sempre houve por parte dos integrantes da Comissão muito interesse em entender sobre o orçamento municipal e, principalmente, saber quais os motivos levaram ao nível de congelamento que a pasta da Cultura sofreu desde o início de 2017. Por haver esse interesse foram convidados representantes da Secretaria da Fazenda para apresentar os dados da prefeitura de execução do orçamento e arrecadação do município.



Não somente essas apresentações foram feitas, a Comissão também enviou ofícios tanto a Secretaria Municipal de Cultura quanto a Secretaria Municipal da Fazenda solicitando informação sobre a relação dos investimentos em cultura por subprefeitura e por equipamento cultural no período de 2008 a 2016 e também que fosse informado a aplicação de recursos por programa. As respostas desses ofícios encontram-se anexadas nesse documento (anexo 3 e anexo 3a).

Essa demanda originou-se após estudos realizados e apresentados durante reuniões ordinárias da Comissão, baseados nos dados divulgados pela Prefeitura sobre a execução do orçamento de 2013 que indicaram que grande parte dos recursos da Cultura foram destinados às áreas centrais da cidade como a subprefeitura da Sé e de Pinheiros, em detrimento das áreas periféricas da cidade que receberam quantia muito inferior, como por exemplo, subprefeituras de Sapopemba e São Mateus.

No anexo 4 incluímos os estudos que foram realizados por coletivos culturais independentes que mostram a discrepância existente nos investimentos em equipamentos culturais de acordo com a proximidade/afastamento do centro da cidade.

Numa tentativa de contribuir para a mudança desse cenário, além das análises orçamentárias, os coletivos apresentaram uma proposta de gestão comunitária dos equipamentos culturais, que se apresenta como uma alternativa ao modelo de Organizações Sociais. Na proposta apresentada a gestão desses equipamentos seria feita através de ocupações culturais em espaços autônomos (como pontos e pontões de cultura, bibliotecas comunitárias etc.) e equipamentos locais (como as Casas de Cultura), contando o apoio da Secretaria Municipal de Cultura.



3. Tentativas de diálogo e desrespeito à legislação que dispõe sobre as políticas públicas de cultura

Durante todo o período em que a Comissão atuou, houve o esforço para que o espaço estivesse aberto a propostas e devolutivas por parte das secretarias e seus representantes envolvidos (Secretaria de Governo, Fazenda e Cultura). Na tabela abaixo apresentamos um resumo do calendário de encontros com as pautas resumidas das reuniões ocorridas e os representantes das secretarias que estiveram presente, demonstrando as inúmeras tentativas de diálogo com o Executivo.

▪ Reuniões internas

Data	Resumo da Pauta
30/03/2017	Início dos trabalhos da Comissão
06/04/2017	Elaboração de cronograma com proposta de descongelamento até o final do ano
13/04/2017	Apresentação do orçamento da cultura com o detalhamento de todas as dotações
20/04/2017	Elaboração de requerimento para a SMC solicitando dados sobre aplicação dos recursos
27/04/2017	Informes sobre situação dos programas e congelamentos
04/05/2017	Discussões sobre emendas à LDO
11/05/2017	Presença de representante da SMC e de SF. Solicitado à SF os números gerais do orçamento e os dados regionalizados da cultura.
18/05/2017	Reiteração da solicitação dos dados e da resposta ao pedido de descongelamento
25/05/2017	Presença da SPCINE para esclarecer sobre o Edital de Curtas. Presença da Chefe de Gabinete da SMC para esclarecer execução orçamentária da secretaria.



Data	Resumo da Pauta
01/06/2017	Reunião realizada na ocupação da Secretaria da Cultura com o compromisso do Secretario de Relações Governamentais em conversar com o governo medidas para promover o descongelamento.
08/06/2017	Agendamento de reunião em SF. Reiteração de todos os pedidos e deliberação final sobre inclusão de emendas na LDO.
22/06/2017	Secretaria Municipal da Fazenda, Sr. Diogo de Tullio Vasconcelos, realizou apresentação sobre a situação das receitas e despesas da Prefeitura Municipal.
29/06/2017	Informes sobre ausência de qualquer resposta do Executivo e deliberação para agendamento de reunião com SGM e Presidente da Câmara.
03/08/2017	Tendo em vista falta de qualquer resposta do Executivo, deliberou-se por ingressar com representação no MP/SP e chamar audiência pública pela Comissão de Finanças e Orçamento.
10/08/2017	Informes sobre requerimento aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento e ingresso da representação no Ministério Público.
17/08/2017	Discussão sobre os pontos que serão incluídos no Relatório e alternativas para continuidade dos trabalhos após o encerramento da Comissão.
24/08/2017	Balanço das ações da Comissão, informes sobre prévia do relatório final e possibilidade de continuidade dos trabalhos através de subcomissão integrante da Comissão de Finanças e Orçamento.



- **Reuniões externas**

Data	Resumo da Pauta
28/04/2017	Conversa com Secretário sobre orçamento da cultura e entrega do ofício com o cronograma de solicitação de descongelamento.
12/06/2017	Solicitação de retorno a respeito do pedido de descongelamento. Nenhuma resposta.
04/07/2017	Solicitação de retorno a respeito do pedido de descongelamento. Compromisso em dar devolutiva na primeira semana de agosto.
10/07/2017	Solicitação para Presidente da Câmara conversar com Executivo sobre orçamento da cultura e solicitar cronograma de descongelamento.

No entanto, apesar de todo esse esforço da comissão e das diversas tentativas de diálogo, chegamos ao fim do prazo da Comissão sem resoluções e principalmente sem que os descongelamentos propostos fossem atendidos, prejudicando inúmeros projetos que aconteceriam no decorrer do ano.

Além dessa frustração, a Comissão identificou ao longo dos trabalhos o desrespeito às diversas legislações, sobretudo as de fomento à cultura na periferia.

A área da cultura possui diversos programas criados por Lei, é o caso, por exemplo, do Fomento ao Teatro, Fomento à Dança, Fomento à Periferia, Fomento ao Circo, Fomento às Rádios Comunitárias, Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, Prêmio Zé Renato e Plano do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

No anexo 5 é apresentado um quadro com um breve resumo das disposições dessas Leis e as ações da Secretaria Municipal de Cultura, durante este ano, que vem inviabilizando ou restringindo estes programas. Abaixo destacamos as principais ações que afrontam o arcabouço legal já instituído.



Em relação ao Fomento ao Teatro (Lei Municipal nº 13.279), a SMC atrasou a seleção do edital do primeiro semestre, reduziu o número de projetos e não lançou o segundo edital.

Já o Fomento à Dança (Lei Municipal nº 14.071), a Secretaria cancelou o edital lançado no final de 2016, que já contavam com inscrições concluídas, e lançou um novo edital alterando parâmetros que acabaram por descaracterizar dispositivos da Lei, reduziu o orçamento e o valor dos projetos abarcados pelo Programa e não lançou o segundo edital que deveria ter acontecido em junho.

Relacionado ao Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, instituído pelas Leis nº 13.540 e nº 15.897, a Administração promoveu severo corte no orçamento, reduzindo 80 projetos em relação ao ano anterior. Além disso, há denúncias envolvendo intervenção indevida nos resultados da seleção em prejuízo de alguns grupos.

Além desses programas, o desmonte ainda continua com: atraso na publicação do Edital de Fomento à Periferia (Lei Municipal nº 16496/16); atraso na contratação dos projetos selecionados em 2016 e não publicação do edital do Prêmio Zé Renato (Lei Municipal nº Lei nº 15.591/14); atraso no edital e redução do orçamento do Fomento ao Circo (Lei nº 16.598/16); não publicação do edital de Fomento às rádios comunitárias (Lei 16.572/16);

Todos esses casos evidenciam a falta de interesse não somente em executar o orçamento como também em dialogar com o público, tendo em vista que durante os seis meses em que essa Comissão esteve em funcionamento houve tentativas de tratar com a prefeitura para que esses programas não fossem afetados, no entanto, não houve retorno nem compromisso algum por parte do Executivo.

4. Emendas a LDO

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias também foi pauta das reuniões da Comissão. Durante algumas semanas foram realizadas apresentações para detalhar o que era a LDO, para que ela servia e como pode ser um mecanismo a ser trabalhado para garantir que



na Lei Orçamentária as necessidades das áreas sejam priorizadas. O fruto das intensas discussões a respeito da LDO foram 10 emendas que foram apresentadas através do memorando 098/2017 (anexo 6) ao relator do projeto, vereador Ricardo Nunes, sendo algumas incorporadas já em seu relatório final.

Apesar de todo o empenho imposto durante o processo de elaboração das emendas, reuniões realizadas com os grupos, reunião com o relator e intensa participação em audiências públicas, a proposta que continha a maior conquista do grupo, que garantia que o Plano Municipal de Cultura e outros planos setoriais seriam considerados durante o processo de elaboração das prioridades e metas do governo não foi acatado, recebendo o veto do prefeito (anexo 7).

5. Representação no Ministério Público

Outro fruto dessa comissão foi uma representação protocolada no Ministério Público no início de agosto indicando os desrespeitos e descumprimentos de leis que a prefeitura e a Secretaria Municipal de Cultura vêm cometendo. A decisão foi tomada juntamente com a sociedade civil participante da Comissão, tendo em vista que após cinco meses tentando negociar prazos para descongelar recursos de extrema importância para dar continuidade aos projetos culturais não obtivemos nenhum retorno.

No documento (anexo 8) foi descrito todo o processo que a Comissão percorreu até então e solicitado que providências sejam tomadas, numa tentativa de reduzir ao menos parte dos danos para a área de cultura como um todo.



6. Conclusões e encaminhamentos

Chegamos ao fim desta Comissão com avanços significativos no que se refere a organização da sociedade civil para cobrar ativamente o Poder Executivo e principalmente atuar juntamente com o legislativo para indicar as prioridades que devem ser consideradas não somente durante o processo de execução do orçamento mas também, especialmente, durante o processo de elaboração das peças de planejamento orçamentário.

A administração pública é repleta de dados e sistemas que normalmente não são de fácil compreensão para o público em geral, mas quando há interesse de ambas as partes é possível trabalhar para que sejam apresentados de maneira didática e de fácil compreensão para todos. Durante todo o período em que a comissão atuou buscou-se garantir que isso acontecesse não somente apresentando os dados, mas também se colocando a disposição para esclarecimentos e levantamentos de outras informações.

Diante disso, como encaminhamento principal após o encerramento dos nossos trabalhos, concluiu-se, em parceria com a sociedade civil, que solicitar uma subcomissão de estudos na Comissão de Finanças e Orçamento é de grande importância, considerando que até o final do mês de setembro o Executivo deve enviar para a citada Comissão as propostas do Plano Plurianual – PPA 2018-2021 e da Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018 para que se iniciem as discussões e deliberações nesta Casa Legislativa.

Nessa subcomissão o trabalho que foi construído até o momento poderá ter continuidade com o acréscimo de um olhar voltado a proposta do orçamento que será executado no próximo ano, buscando incluir as prioridades e alcançar as áreas mais vulneráveis da cidade.



LISTA DE ANEXOS

Anexo 1

Relatório de Disponibilidade de Caixa da Prefeitura de São Paulo

Anexo 2

Cronograma com proposta de descongelamento

Anexo 3

Ofício solicitando informações sobre relação de investimentos período 2008 – 2016

Anexo 4

Estudos realizados por coletivos culturais

Anexo 5

Quadro com Programas e Leis impactados pelo congelamento

Anexo 6

Memorando 098/2017 – Emendas à LDO

Anexo 7

Página do Diário Oficial do Município contendo veto

Anexo 8

Representação ao Ministério Público